

Presidência

Brasília, 08 de março de 2010.
Carta nº 229/2010 - PRES.

Excelentíssimo Senhor
CARLOS ROBERTO LUPI
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Senhor Ministro,

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para manifestar, em nome da Confederação Nacional da Indústria, a preocupação com os efeitos da Portaria 1.510/2009, que dispõe sobre o registro eletrônico da jornada de trabalho.

Embora o objetivo declarado da referida Portaria seja o de possibilitar maior certeza da correção do registro eletrônico, de forma a trazer maior segurança às empresas e aos empregados, na verdade provoca maiores custos burocracia para as empresas e transtornos para trabalhadores.

Como justificativa para sua criação, alega-se a existência de fraudes em processos de anotação eletrônica de ponto. Mesmo sendo certo que ocorram tais situações constituem fatos isolados de algumas empresas, sendo indiscutível que a maioria utiliza corretamente a marcação eletrônica.

A pretexto de combater fraudes, a norma em questão parte do pressuposto de que todas as empresas são fraudadoras, criando inúmeros mecanismos e procedimentos burocráticos, com reflexos negativos para empregados e empresas. Desconsidera a capacidade de defesa de direitos e de fiscalização dos sindicatos laborais e dos próprios trabalhadores. Ainda mais, subestima a competência de fiscalização do próprio Ministério do Trabalho.

Ignorando os preceitos básicos das relações do trabalho, a Portaria invade o campo reservado à negociação entre as partes.

A nova regra gera imediato aumento de custos para as empresas, em decorrência da necessidade de substituir os aparelhos existentes, pois muitos não se atendem às exigências da Portaria. Além disso, como veda também o uso de computadores para a marcação do ponto, todas as empresas deverão implantar novo sistema e adquirir os respectivos equipamentos, implicando aumento de custos e problemas de processamento e controle a distância.

